



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000371-73.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Responsabilidade da Administração**
 Requerente: **APARECIDO BATISTA**
 Requerido: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aparecido Batista move ação declaratória contra o Estado de São Paulo. Sustenta que em 26.08.2013 os policiais militares lavraram contra si, indevidamente, os autos de infração B35-7509891, B35-7509892, e B35-7509893, sob a acusação de que o autor, que não é habilitado, estaria indevidamente conduzindo a sua motocicleta. A alegação é falsa, porque um vizinho do autor é que a conduzia. Lavrados os autos indevidos, os policiais injustamente apreenderam sua motocicleta, que até hoje está depositada em pátio da prefeitura municipal. A partir daí, estão sendo cobradas do autor as diárias de estadia que, todavia, devem ser limitadas a 30 dia. Sob tais fundamentos, pede a anulação dos autos de infração, a anulação das multas correspondente, a declaração de inexistência dos débitos de IPVA, DPVAT e taxa de licenciamento com fatos geradores posteriores à apreensão da moto, a condenação do réu a pagar ao autor o valor correspondente à remoção da motocicleta ao pátio e diários do pátio, e a condenação do réu a pagar ao autor indenização por danos morais.

Contestação às fls. 31/40, com preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, pedido de improcedência.

Réplica às fls. 65/69.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade

1000371-73.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A preliminar de ilegitimidade passiva é afastada porquanto agentes públicos que integram a fazenda estadual lavraram os autos de infração objeto da presente lide.

Se não bastasse, como a ação será julgada improcedente, cabe aplicar, aqui, o disposto no art. 488 do CPC-15: "desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485".

Sustenta o autor que é proprietário de motocicleta mas não tem habilitação e que, na ocasião dos autos, um vizinho seu, que é habilitado, transportou-o na garupa da motocicleta, até o local da autuação, para lá aguardar a chegada da esposa do autor, que vinha em um ônibus, para levar as malas desta.

Sua versão é falsa.

O autor, em réplica, não demonstrou a falsidade e sequer impugnou o documento de fls. 58/60, que narra os fatos de modo detalhado.

Naquele relatório elaborado por um dos policiais militares que o autuaram, consta que a motocicleta foi avistada em movimento pelos milicianos, e não após ter sido estacionada. Não havia motorista e garupa, e sim apenas motorista, o autor. O autor não tem habilitação.

Ademais, fato não impugnado em qualquer manifestação nos autos, a motocicleta estava sem licenciamento e sem o espelho retrovisor do lado direito.

O veículo foi regularmente apreendido.

As autuações são legais e justas, assim como a apreensão.

Salienta-se ainda que o autor não relatou aos policiais que um terceiro (seu "vizinho") teria conduzido o veículo automotor. Até porque os policiais o flagraram na condução do automóvel. A tese do autor não é verdadeira.

Nenhum recurso administrativo foi interposto, convém frisar, comportamento
1000371-73.2015.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

incompatível com a versão ventilada na inicial.

Nesse cenário, tem-se que a presunção de legalidade e veracidade do auto administrativo deve prevalecer, mesmo porque elemento nenhum de convicção foi carreado que pudesse apontar em sentido contrário.

Note-se ainda, fls. 60, que o autor possui passagem criminal pelo art. 304 do CP justamente porque, em certa ocasião, foi flagrado pela polícia militar na condução desta mesma motocicleta, e apresentou uma CNH falsa para comprovar a sua (inexistente) habilitação.

Assim, são válidas as autuações e a imposição de cobrança de multas, assim como de DPVAT, IPVA e taxa de licenciamento indicadas na inicial, vez que a apreensão não implica a perda da propriedade, apenas temporária privação da posse, que pode ser recuperada com os pagamentos e regularizações devidos.

Quanto às diárias, ainda que pudessem ser limitadas, não é o réu quem as está cobrando, e sim terceiro. Isso, se realmente estão sendo cobradas, porque nenhum documento foi apresentado nesse sentido. De qualquer forma, não cabe a condenação do réu ao seu pagamento, vez que a apreensão era devida. Discussão sobre a possibilidade de ser o autor dispensado do pagamento, ainda que parcialmente, deveria ser travada com o credor, não com o réu.

Por fim, observa-se que o veículo veio a ser alienado, e de acordo com a lei, confira-se fls. 70/78.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor nas custas, despesas e honorários, arbitrados estes em R\$ 880,00, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 13 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**